



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

PROJETO BÁSICO Nº 10/2020 - PRES/DG/SAOFC/COMAP

1 - INTRODUÇÃO

Em atendimento ao disposto nos artigos 6º, Inciso IX, 7º § 2º e 9º da Lei nº 8.666/93 e artigo 3º, Inciso I da Lei nº 10.520/2002, elaboramos o presente Projeto Básico, cujo objeto é a aquisição de bens permanentes.

2 - OBJETO

2.1 Aquisição imediata dos materiais de consumo descritos no quadro adiante para suprir as necessidades com as Eleições 2020 - e também ordinárias, com medidas de segurança de proteção da saúde de todas as partes envolvidas no pleito eleitoral (magistrados, promotores e servidores da Justiça Eleitoral, mesários, colaboradores eventuais e eleitores).

ITEM	OBJETO	QUANTIDADE	MEDIDA
1	Pulverizador / borrifador Borrifador multiuso com capacidade para 500 ml, seu gatilho ajustável, indicado para produtos líquidos. Em material plástico resistente, bico ajustável com trava, Material do gatilho em plástico resistente. Marca/Modelo:	4.000	Unidade
2	Guardanapos de papel Pacote de guardanapos de papel com 50 unidades. Folha Simples, resistente, macio e alto poder de absorção. Dimensões 20cmx20cm. Produto não perecível. Composição: 100% celulose.	9.000	Unidade

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

3	Embalagem plástica para Kits de higienização Sacos resistentes, personalizada com de acordo com imagens cedidas pelo TRE-RO. Na cor branca. Características: Saco com capacidade 20 litros, sacos plásticos virgens, cor translúcido, composição polietileno (PE), Largura 50 cm, comprimento 80 cm, espessura 14 micras. Marca/Modelo:	5.000	Unidade
---	---	-------	---------

3 - JUSTIFICATIVA

3.1 Inicialmente a contratação direta com fundamento no art. 24, V, da L. 8666/93, foi autorizada pelo DESPACHO Nº 1656 / 2020 - PRES/DG/GABDG – evento 0603098), contudo, não logrou êxito para o item 9 do Edital – Guardanapo de papel -, em relação aos itens 08 (borrifador) e item 9 (saco para resíduos infectantes), as propostas ofertadas ficaram acima do valor estimado na licitação, de modo que não cumpre os requisitos exigidos para a contratação pelo art. 24, V, da Lei 8.666/93. Diante disso, considerando os valores elevados dos produtos para uso nas seções eleitorais como forma de combate à COVID 19, também não será possível a aquisição pelo art 24, V, do mesmo regramento, uma vez que os valores estimados na cotação de preços ficaram conforme abaixo:

Tabela 2

OBJETO	QUANTIDADE	UNIDADE	Valor Estimado na Licitação	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	Proposta EMPRESA -
Item 8 do Edital. Pulveriza	4.000	Unidade	R\$ 5,60	R\$ 7,50	R\$ 30.000,00	JRP Representações Com. E Serviços -



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

dor / borrifado r Borrifado r multiuso com capacidade e para 500 ml, seu gatilho ajustável, indicado para produtos líquidos. Em material plástico resistente, bico ajustável com trava, Material do gatilho em plástico resistente. Registro do fabricante no cadastro técnico federal do IBAMA.						Eirelli - EPP Obs.: Acima do do valor estimado, portanto não atende as condições para contratar com fulcro no art. 24, V, da Lei 8.666/93.
				R\$ 9,00	R\$ 36.00 0,00	Nova Química Comércio de Produtos de Limpeza Eirelli - ME Obs.: Acima do Estimado, portanto não atende as condições para contratar com fulcro no art. 24, V, da Lei 8.666/93.
				N/C		M. R. Dias Paiao LTDA
				R\$ 7,90	R\$ 31.60 0,00	Servquima Produtos de Limpeza e Higiene LTDA Obs.: Acima do valor estimado, portanto não atende as condições para contratar com fulcro no art. 24, V, da Lei 8.666/93.

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Item 9 do Edital. Guardanapos de papel Pacote de guardanapos de papel com 50 unidades. Folha Simples, resistente, macio e alto poder de absorção. Dimensões 20cmx20 cm. Produto não perecível. Composição: 100% celulose. Registro do fabricante no cadastro técnico federal do IBAMA.	9.000	Unidade	R\$ 1,39	R\$ 1,35	R\$ 12.150,00	JRP Representações Com. E Serviços - Eirelli - EPP Obs.: Abaixo do valor do Estimado, contudo, o objeto ofertado não atende os requisitos de habilitação no âmbito da sustentabilidade, exigidos no Edital, assim, não há possibilidade de contratar com fulcro no art. 24, V, da Lei 8.666/93.
				R\$ 1,20	R\$ 10.800,00	Nova Química Comércio de Produtos de Limpeza Eirelli - ME Obs.: Abaixo do valor do Estimado, contudo, o objeto ofertado não atende os requisitos de habilitação no âmbito da sustentabilidade, exigidos no Edital, assim, não há possibilidade de contratar com fulcro no art. 24, V, da Lei



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

						8.666/93.
				R\$ 1,50	R\$ 13.500,00	M. R. Dias Paiao LTDA Obs.: Acima do Estimado, portanto não atende as condições para contratar com fulcro no art. 24, V, da Lei 8.666/93..
				R\$ 1,55	R\$ 13.950,00	Servquima Produtos de Limpeza e Higiene LTDA Obs.: Acima do Estimado, portanto não atende as condições para contratar com fulcro no art. 24, V, da Lei 8.666/93.
Item 12 do Edital. Saco de lixo infectante Os sacos para lixo para resíduos hospitalares infectantes em polietileno de alta	80	Centena	R\$ 23,58	R\$ 33,00	R\$ 2.640,00	JRP Representações Com. E Serviços - Eirelli - EPP Obs.: Acima do Estimado, portanto não atende as condições para contratar com fulcro no art. 24, V, da Lei 8.666/93.
				R\$ 28,00	R\$ 2.240,00	Nova Química Comércio de Produtos de



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

<p>densidade , cor branco leitoso. Com o símbolo infectante obedecen do a NBR 7500 e 9191 da ABNT e a a RDC ANVISA 222/2018. Especific ações: Cor Branco leitoso, Capacida de 50 litros. Os produtos cotados devem conter notificaçã o na ANVISA para sua fabricaçã o, importaçã o, exportaçã o, exposição à venda ou entrega ao consumo. Registro do fabricante</p>					00	<p>Limpeza Eirelli - ME</p> <p>Obs.: Acima do Estimado, portanto não atende as condições para contratar com fulcro no art. 24, V, da Lei 8.666/93.</p>
				N/C		<p>M. R. Dias Paiao LTDA</p>
				R\$ 30,40	R\$ 2.432, 00	<p>Servquima Produtos de Limpeza e Higiene LTDA</p> <p>Obs.: Acima do Estimado, portanto não atende as condições para contratar com fulcro no art. 24, V, da Lei 8.666/93.</p>



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

no Cadastro Técnico Federal - CTF do IBAMA.						
--	--	--	--	--	--	--

3.2 Quanto ao Item 12 do Edital: Saco de lixo infectante, este será suprimido desta contratação direta, uma vez que de acordo com deliberações da SOAM 0605550, será utilizado o saco de lixo de 30l, licitado, registrado e empenhado.

3.3 Quanto à máscara de tecido, por não se tratar de item que será utilizado diretamente pelos mesários e colaboradores nas Eleições 2020, sua aquisição poderá aguardar repetição do certame, ou sua contratação direta pelo art. 24, V, da Lei 8.666/93.

3.4 Conforme se verifica na Tabela 2, nenhuma empresa que respondeu a Cotação de Preços, atende as condições para contratar com fundamento no art. 24, V, da Lei 8.666/93, que é quando não acudirem interessados à licitação anterior e esta, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração, mantidas, neste caso, todas as condições preestabelecidas;

3.5 Importante registrar que esta licitação não pode ser repetida para os itens acima, uma vez que em razão dos prazos legais previstos na , pela Lei nº 10.520/02, pelos Decretos Federais nº 7.892/13, 8.538/2015 e 10.024/2019 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93, a nova licitação somente chegaria a termo após as eleições, de modo que o objeto não seria mais necessário para a finalidade pretendida, que é fornecer EPIs para proteção dos mesários e colaboradores que trabalharão durante as Eleições 2020.

3.6 Após conhecimento dos valores praticados no mercado para os itens fracassados na licitação, considerando que a maioria dos preços obtidos estão acima do estimado, esta unidade, imediatamente, procedeu à expedição de nova cotação de preços, com a minuta do novo Projeto Básico visando a aquisição do material com fundamento no art. 4º da Lei n. 13.979, de 06/02/2020, que dispõe sobre as medidas que poderão ser adotadas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019.

4 - DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

4.1 A aquisição pretendida vai ao encontro de **OBJETIVOS ESTRATÉGICOS** traçados no PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO deste órgão, a saber:

- **VALORES:** Transparência, Celeridade, Eficácia, Responsabilidade Socioambiental e Qualidade de Vida do Servidor.
- **PROCESSOS INTERNOS:** Celeridade e produtividade na prestação e Jurisdicional.
- **PESSOAS E RECURSOS:** Aperfeiçoamento da Gestão Orçamentária e Fortalecimento da Governança.

5 - DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

5.1 Exclusão declaração de sustentabilidade, CTF/IBAMA, referente ao guardanapo de papel, pois no momento da primeira cotação realizada, para contratação com fulcro no art. 24, V, da Lei 8.666/93, como condição exigida na licitação, as propostas apresentadas não possuíam o cadastro no CTF/IBAMA

6 - DO VALOR

6.1 O valor estimado par esta contratação direta por dispensa de licitação, com fulcro no art. 24, II, da Lei 8.666/93, c/c art. 1º, I, "b" da MEDIDA PROVISÓRIA Nº 961, DE 6 DE MAIO DE 2020, é de R\$ 39.450,00 (trinta e nove mil quatrocentos e cinquenta reais), obtido por meio da Cotação nº 09/2020 - COMAP no mercado local, conforme quadro adiante:

IT EM	OBJETO	QUANTID ADE	MEDI DA	VALO R UNITÁ RIO	VAL OR TOLT AL DO ITEM	EMPRES A	Observ ação
1	Pulverizad or borrifador Borrifador	4.000	Unida de	N/C		Servquim a Produtos de Limpeza e	



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	multiuso com capacidade para 500 ml, seu gatilho ajustável, indicado para produtos líquidos. Em material plástico resistente, bico ajustável com trava, Material do gatilho em plástico resistente. Marca/Modelo:					Higiene LTDA	
				R\$ 7,60	R\$ 30.40 0,00	Medical - Inc Comércio de Materiais Hospitalares LTDA	Prazo de entrega 15 dias
				R\$ 7,00	R\$ 28.00 0,00	Nova Química Comércio de Produtos de Limpeza Eirelli-ME	Entrega em 10 dias
				R\$ 7,50	R\$ 30.00 0,00	JRP Representações Comércio e Serviços - Eireli - EPP	Entrega entre dia 06 e 08/11
2	Guardana pos de papel Pacote de guardanapos de papel com 50 unidades. Folha Simples, resistente, macio e alto poder de absorção.	9.000	Unida de	N/C		Servquim a Produtos de Limpeza e Higiene LTDA	
				R\$ 1,45	R\$ 13.05 0,00	Medical - Inc Comércio de Materiais Hospitalares LTDA	Prazo de entrega 15 dias
				R\$ 1,05	R\$ 9.450,	Nova Química	Entrega em 03



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	Dimensões 20cmx20cm. Produto não perecível. Composição: 100% celulose.				00	Comércio de Produtos de Limpeza Eirelli-ME	dias
				R\$ 1,33	R\$ 11.970,00	JRP Representações Comércio e Serviços - Eireli - EPP	Pronta entrega
3	Embalagem plástica para Kits de higienização	5.000	Unidade	R\$ 1,10	R\$ 5.500,00	Servquima Produtos de Limpeza e Higiene LTDA	Pronta entrega
	Sacos resistentes, personalizada com de acordo com imagens cedidas pelo TRE-RO. Na cor branca. Características: Saco com capacidade e 20 litros, sacos plásticos virgens, cor translúcido			R\$ 0,99	R\$ 4.950,00	Medical - Inc Comércio de Materiais Hospitalares LTDA	Prazo de entrega 15 dias
				R\$ 0,40	R\$ 2.000,00	Nova Química Comércio de Produtos de Limpeza Eirelli-ME	Pronta entrega
				R\$ 0,80	R\$ 4.000,00	JRP Representações Comércio e Serviços	Pronta entrega



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

o, composição o polietileno (PE), Largura 50 cm, comprimento 80 cm, espessura 14 micras. Marca/Modelo:						- Eireli - EPP	
---	--	--	--	--	--	-------------------	--

6.1 - A proposta mais vantajosa para Administração foi apresentada pela empresa **Nova Química Comércio de Produtos de Limpeza Eirelli-ME, CNPJ: 11.844.377/0001-43**, para a qual solicita-se adjudicação do objeto abaixo:

ITEM	OBJETO	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	Pulverizador / borrifador Borrifador multiuso com capacidade para 500 ml, seu gatilho ajustável, indicado para produtos líquidos. Em material plástico resistente, bico ajustável com trava, Material do gatilho em plástico resistente. Marca/Modelo:	4000	R\$ 7,00	R\$ 28.000,00



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

2	Guardanapos de papel Pacote de guardanapos de papel com 50 unidades. Folha Simples, resistente, macio e alto poder de absorção. Dimensões 20cmx20cm. Produto não perecível. Composição: 100% celulose.	9.000	1,05	R\$ 9.450,00
3	Embalagem plástica para Kits de higienização Sacos resistentes, personalizada com de acordo com imagens cedidas pelo TRE-RO. Na cor branca. Características: Saco com capacidade 20 litros, sacos plásticos virgens, cor translúcido, composição polietileno (PE), Largura 50 cm, comprimento 80 cm, espessura 14 micras.	5.000	0,40	R\$ 2.000,00



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	Marca/Modelo:			
Total				R\$ 39.450,00

7 – DA ADERÊNCIA AO PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO

A fonte para aquisição de material permanente especificado no presente Projeto Básico está prevista no planejamento orçamentário desta Unidade, para o corrente exercício, conforme quadro abaixo e Despacho SAOFC ([0564958](#)):

CATEGORIA (TIPO DE ORÇAMENTO):	Ordinário
AGREGADOR:	Eleições 2020
DESPESA AGREGADA:	Combate COVID 19 - Equipamento de Proteção Individual
PLANO INTERNO:	FUN MATAUX
VALOR:	R\$ 39.450,00

8 – DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

De acordo com o item 2.6 da Cotação de Preços nº 009/2020/COMAP, foi exigido das cotantes apresentarem certidão negativa, ou positiva com efeito de negativa, junto à Fazenda Nacional, Seguridade Social, FGTS, Justiça do Trabalho. Apesar de não estar incluído na Cotação de Preços a apresentação da certidão negativa do CNJ (improbidade administrativa), esta Seção fez a juntada da referida certidão.

9 - REQUISITOS DE VALIDADE DA PROPOSTA

I - Validade: 60 (sessenta) dias;

II - Os preços apresentados na proposta devem incluir todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, serviços, encargos sociais, trabalhistas, frete, lucro e quaisquer outros necessários ao cumprimento integral do objeto desta Cotação de Preços.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

10 - DA CONTRATAÇÃO

10.1. Prazo de entrega: Após o recebimento da nota de empenho a contratada deverá entregar os materiais no prazo máximo de 5 (cinco) dias consecutivos, em razão dos prazos eleitorais e cumprimento do calendário eleitoral.

10.2. Por se tratar de contrato de escopo, de execução (fornecimento) imediata, **não há previsão de reajuste de preços**, em nenhuma das modalidades, independente de eventuais prorrogações de prazo de execução.

10.3. Havendo necessidade, o **contrato poderá ser objeto de alterações** nas situações e limites definidos pelo art. 65 da Lei n. 8.666/93.

10.4. Admite-se eventual reequilíbrio na forma e condições previstas pelo art. 65, II, "d" da Lei n. 8.666/93.

10.5 O Contrato de fornecimento será substituído pela Nota de Empenho de Despesa na forma do artigo 62, "caput" e parágrafo 4º, da Lei n. 8.666/93.

10.6 Como condição para a emissão da Nota de Empenho de Despesa a compromissária deverá apresentar regularidade junto ao SICAF e, caso não comprove, deverá exhibir, no prazo fixado para sua assinatura, certidões comprovando a regularidade de Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, Seguridade Social, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas e do CNJ (Conselho Nacional de Justiça).

10.7 As normas referentes à entrega, prazos, obrigações, sanções, pagamentos e outras são as constantes na Cotação de Preços nº 009/2020-/COMAP, que é parte integrante deste Projeto Básico, independentemente de transcrição.

10.8 Além disso, a contratação será regida pela Instrução Normativa nº 04/2008 deste Tribunal e pela legislação pertinente, especialmente a Lei 8.666/93.

11. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES E DO PAGAMENTO:

1. São obrigações da Administração contratante:

a) Requisitar o fornecimento dos materiais somente mediante emissão e entrega de Nota de Empenho de Despesa à adjudicatária.

b) Receber provisoriamente os produtos no ato da entrega, desde que acompanhados da Nota Fiscal, mediante emissão de Termo de Recebimento Provisório de Materiais emitido pela Seção de Almoxarifado do TRE-RO;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

b.1) O recebimento provisório do produto entregue não implica sua aceitação.

c) Receber definitivamente os produtos após a verificação do cumprimento das especificações, nos termos deste projeto básico e da proposta da contratada, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, mediante emissão de Termo de Recebimento Definitivo de Materiais emitido pela Seção de Almoxarifado do TRE-RO.

d) Recusar e devolver, mediante emissão de Termo de Recusa de Materiais emitido pela Seção de Almoxarifado do TRE-RO, do qual deverá explicitar a razão da recusa do produto, os materiais entregues em que se tenha constatado:

d.1) Produtos em desacordo com especificações estabelecidas neste projeto básico e na proposta da contratada;

d.2) Produtos em embalagem não original do fabricante;

d.3) Produtos em embalagem sem as respectivas especificações técnicas do produto e as informações concernentes a seus fabricantes ou importadores (razão social, CNPJ, endereço, etc.);

d.4) Produtos que tenham sido objeto de quaisquer processos de recondicionamento, salvo se expressamente permitida na especificação do material;

d.5) Produtos com período de garantia e o prazo de validade remanescentes inferiores a 12 (doze) meses, ou conforme especificado no objeto, contados da entrega do produto;

d.6) Produtos com quaisquer vícios de qualidade ou impropriedades para o uso.

e) Efetuar o pagamento, mediante ordem bancária - ou por meio de ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras – através do Banco do Brasil S/A, em moeda corrente, até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir de o recebimento definitivo ser atestado no verso da Fatura/Nota Fiscal pela Seção de Almoxarifado deste TRE/RO, sendo efetuadas as retenções legais.

e.1) No ato do pagamento, a contratada deverá apresentar situação de regularidade perante a Fazenda Pública Federal, a Seguridade Social, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e a Justiça do Trabalho;

e.2) Nenhum pagamento será realizado à futura contratada, enquanto pendente liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta ou em virtude de penalidade, irregularidade na execução ou inadimplência,



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

sem que isso gere direito a reajustamento de preços, podendo os valores relativos a essas obrigações ser descontados de pagamentos devidos à futura contratada;

e.3) Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da obrigação, será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) / 365$$

$$I = (6/100) / 365$$

$$I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

e.4) A compensação financeira prevista neste item será incluída em fatura/nota fiscal emitida posteriormente à ocorrência.

12. São obrigações da contratada - Além de observar e cumprir as demais obrigações estabelecidas neste projeto básico e na sua cotação de preços/proposta, obriga-se a contratada a:

a) Entregar os materiais no **prazo máximo de 5 (cinco) dias consecutivos**, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho;

a.1) **Endereço de entrega:** Depósito da Seção de Almoxarifado – SEALM, sito à Av. Presidente Dutra, n. 1889, bairro Baixa da União – Porto Velho/RO - CEP: 76.805-859. O fornecedor poderá se informar com mais detalhes para efetuar a entrega pelos telefones da SEALM: (69) 3211-2268/2051/ 2000.

a.2) O horário normal de recebimento dos materiais é de segunda a sexta-feira, das 8h às 12h e 14h às 18h.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- b) Substituir o material recusado, às suas expensas, **no prazo máximo de 5 (cinco) dias consecutivos**, contados a partir do recebimento do Termo de Recusa de Material;
- c) Recolher, às suas expensas, depois de efetuada a regular substituição, o material recusado, no prazo máximo de 10 (dez) dias consecutivos, contados a partir do vencimento do prazo estipulado para substituição.
 - c.1) Expirado o prazo previsto para recolhimento do material recusado, este Tribunal se reservará o direito de proceder à devolução dos materiais recusados, preferencialmente através da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – EBCT, e descontará o valor das respectivas despesas do crédito a que faça jus a contratada, em razão da efetiva e regular entrega dos materiais que lhe foram empenhados;
 - c.2) Na hipótese de não existência de créditos da contratada e ante o não recolhimento dos materiais recusados, mesmo após devidamente notificada, sem qualquer manifestação acerca da questão, fica este Tribunal no direito de efetuar o descarte dos materiais recusados da forma que melhor lhe convir, se ultrapassados 60 (sessenta) dias da notificação.
- d) Solicitar, se necessário, dentro do prazo de entrega, substituição ou recolhimento de materiais, a prorrogação desses. O pedido deverá ser devidamente justificado e dirigido à Coordenadoria de Material e Patrimônio do TRE/RO, unidade competente para, colhida a manifestação do Fiscal do Contrato, decidir acerca desses requerimentos.
 - d.1) Somente serão processados os pedidos protocolados dentro dos prazos para entrega e substituição do bem, conforme prazos e circunstâncias estabelecidas na Instrução Normativa n. 004/2008-TRE-RO.
- e) Manter-se, durante toda a execução do contrato, e apresentar no momento do pagamento compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, em especial quanto à regularidade perante o SICAF, à Justiça do Trabalho e ao Conselho Nacional de Justiça;
- f) Comunicar, por escrito e imediatamente ao TRE-RO, na vigência do Contrato, a ocorrência de contratação de empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados a este Tribunal;
- g) Responsabilizar-se por quaisquer danos causados à Administração ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução dos serviços objeto do Contrato, não podendo ser arguido, para efeito de exclusão de



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

responsabilidade, o fato de a Administração proceder à fiscalização ou acompanhamento da execução dos referidos serviços;

h) Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, ficando as supressões acima desse limite condicionadas a acordo entre as partes;

i) entregar os materiais de acordo com as exigências deste projeto básico e, ainda, para o item 3, notificados na ANVISA pra sua fabricação, importação, exportação, exposição à venda ou entrega ao consumo.

13 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

1. SANÇÕES MORATÓRIAS: O descumprimento injustificado das obrigações decorrentes do contrato (nota de empenho de despesa), garantido o direito ao contraditório e ampla defesa, sujeita a contratada a multa moratória, consoante o *caput* e §§ do art. 86 da Lei nº 8.666/93, na forma seguinte:

I - Atraso nos prazos de entrega e substituição dos materiais recusados:

a) multa de 5% (cinco por cento) ao dia até o limite de 5 (cinco) dias, aplicada sobre o montante dos bens não entregues ou substituídos;

b) a partir do 6º (sexto primeiro) dia de atraso poderá ser caracterizada a inexecução parcial ou total da obrigação.

II - Descumprimentos das demais obrigações contratuais, após notificação regular expedida pelo fiscal ou gestor do contrato, se não previsto de forma diversa:

a) Primeiro descumprimento: multa de 5% (cinco por cento) apurada sobre o valor da Nota de Empenho da Despesa;

b) De 2 (dois) a 3 (três) descumprimentos: multa de 10% (dez por cento) apurada sobre o valor da Nota de Empenho da Despesa;

c) A ocorrência de descumprimentos superiores a 3 (três) poderá caracterizar a inexecução parcial ou total da obrigação.

2. Poderão ser aplicadas à contratada, nos termos do art. 87 da Lei n. 8.666/93, nas hipóteses de inexecução total ou parcial das obrigações estipuladas na cotação de preços, as seguintes sanções:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

a) advertência;

b) multa sancionatória fixada de forma proporcional à extensão e gravidade da inexecução perpetrada, cumulada com as multas moratórias e, se cabível, com as demais sanções previstas neste projeto básico, nos seguintes termos:

b1) de 10% (dez por cento) sobre o valor total da nota de empenho de despesa pelo descumprimento da obrigação de entrega ou substituição dos materiais, após a devida notificação;

b2) de 10% (dez por cento) sobre o da nota de empenho de despesa, no caso de recusa em aceitar alterações legalmente obrigatórias do contrato;

b3) de 15% (quinze por cento) sobre o valor da nota de empenho de despesa, por ocorrência, no caso de não emissão de documento imprescindível ao pagamento;

b4) de 30% (trinta por cento) sobre o valor da nota de empenho de despesa, em caso de recusa de fornecimento da integralidade dos bens sem motivo consistente e justificado devidamente apurado pelo Tribunal, ou por descumprimentos sucessivos que resultem na inviabilidade de execução do contrato.

3. A multa eventualmente imposta à CONTRATADA será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus. O valor da multa será corrigido pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC para títulos federais, acumulada mensalmente - até o último dia do mês anterior ao do pagamento - e de 1% (um por cento) no mês de pagamento (**Arts. 29 e 30 da Lei n. 10.522/2002 e Acórdão TCU n. 1.603/2011-Plenário**).

4. Quando o valor do pagamento a que fizer jus a CONTRATADA não for suficiente para cobrir o montante da multa ou da condenação aplicadas, aquele valor será recolhido ao Tesouro Nacional, devendo o saldo do valor das penalidades aplicadas ser recolhido através de Guia de Recolhimento à União - GRU à Conta Única do Tesouro Nacional no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do responsável, sob pena de inscrição na Dívida Ativa da União (**Lei n. 6.830/80**).

5. Se a contratada não recolher o valor da multa ou da condenação, eventualmente aplicadas, dentro do prazo estabelecido na notificação, seus dados serão encaminhados ao órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa da União (Decisão TCU n. 1.122/00 – Plenário, publicada no DOU de 01/06/01).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

6. No ato de notificação para pagamento de Multa, a CONTRATADA será cientificada de que a ausência do recolhimento no prazo máximo de 75 (setenta e cinco) dias poderá ensejar sua inscrição no Cadin (Art. 2º, § 2º da Lei 10.522/02);

7. Os responsáveis pelas multas e demais obrigações não quitadas e desde que não inscritas na Dívida Ativa da União ou no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin), poderão ainda ser inscritos no Cadastro Interno de Inadimplentes do TRE-RO – CAI2.

8. As multas não eximem a CONTRATADA da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração ou a terceiros. Os valores originados dessa conduta da contratada serão corrigidos pelos mesmos critérios de atualização das multas.

9. O procedimento para aplicação de sanções à CONTRATADA observará o devido processo legal administrativo e as regras contidas na Instrução Normativa TRE-RO n. 04/2008.

14. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

1. A Gestão e Fiscalização do contrato será realizada pela COMAP e SEALM.
2. A atuação ou a eventual omissão da Fiscalização durante a realização dos trabalhos, não poderá ser invocada para eximir a Contratada da responsabilidade pela execução dos serviços.
3. A comunicação entre a fiscalização e a contratada será realizada através de correspondência oficial, inclusive e-mail funcional, e anotações ou registros no processo.
4. Os procedimentos adotados são os previstos neste projeto básico, na Instrução Normativa TRE-RO n. 04/2008 e na legislação em vigor.

15 - DOS ANEXOS

São anexos ao presente instrumento:

Cotação de Preços n. 09/2020 [0608148](#)

Certidões de regularidade fiscal [0609456](#)



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



Documento assinado eletronicamente por **RUDMA ROSA OLIVEIRA COSTA, Coordenador(a)**, em 22/10/2020, às 14:05, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

PROCESSO: 0001605-21.2020.6.22.8000

INTERESSADO: TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDONIA - TRE-RO

ASSUNTO: **Dispensa de Licitação – aquisição de itens de EPI fracassados no Pregão Eletrônico nº 29/2020.**

PARECER JURÍDICO Nº 232 / 2020 - PRES/DG/AJDG

I - RELATÓRIO

01. Trata-se de processo administrativo instaurado pela Diretoria-geral, com o objetivo de eventual **aquisição de equipamentos de proteção individual - EPI** via Sistema de Registro de Preços, para suprir as necessidades deste Tribunal durante as Eleições 2020. Realizado o Pregão Eletrônico nº 29/2020 alguns itens restaram fracassado seja em razão do preço ou por falta de habilitação das empresas participantes do certame, conforme narrado pelo pregoeiro no Relatório 61/2020 ([0596738](#)).

02. Pela Informação nº 86/2020 – PRES/DG/SAOFC/COMAP ([0608152](#)), uma das unidades demandantes da contratação (COMAP) formaliza nos autos a necessidade da aquisição imediata do item 8 (pulverizador borrifador), item 9 (guardanapos de papel) e item 12 (saco de lixo infectante capacidade 20 lts) do edital de pregão eletrônico 29/20.

03. A coordenadora da COMAP ainda informa que em razão do resultado da realização de uma nova cotação de preços, verificou-se que os valores para os itens apresentados pelas empresas licitantes foram acima do valor estimado, ou seja, nenhuma empresa que respondeu a Cotação de Preços, atendeu as condições para contratar com fundamento no art. 24, V, da Lei 8.666/93, que é quando não acudirem interessados à



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

licitação anterior e esta, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração, mantidas, neste caso, todas as condições preestabelecidas.

04. Alerta a unidade demandante COMAP que a licitação não pode ser repetida para os itens mencionados, uma vez que em razão dos prazos legais previstos na Lei nº 10.520/02, pelos Decretos Federais nº 7.892/13, 8.538/2015 e 10.024/2019 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93, a nova licitação somente chegaria a termo após as eleições, de modo que o objeto não seria mais necessário para a finalidade pretendida, que é fornecer EPIs para proteção dos mesários e colaboradores que trabalharão durante as Eleições 2020.

05. Uma nova cotação de preços realizada entre empresas do ramo e do mercado local foi juntada aos autos e sistematizada em quadro demonstrativo no item 11 da Informação 86 ([0608152](#)). Os novos valores apontaram como vencedora para todos os itens a empresa **Nova Química Comércio de Produtos de Limpeza Eirelli-ME, CNPJ n. 11.844.377/0001-43**, totalizando o valor das aquisições em R\$ 39.450,00 (trinta e nove mil quatrocentos e cinquenta reais).

06. O Projeto Básico 10 ([0609775](#)) complementado pelas cotações de preços ([0609072](#), [0609074](#), [0609075](#) e [0609076](#)), contém a especificação do objeto, justificativa, planejamento estratégico, valor, aderência ao plano orçamentário, condições de habilitação, requisitos de validade da proposta, critérios de aceitação do objeto, obrigações das partes e penalidades, sanções administrativas, gestão e fiscalização.

07. Em seguida, vieram aos autos a Programação Orçamentária PRES/DG/SAOFC/COFC ([0610050](#)), no valor de **R\$ 39.450,00** (trinta e nove mil quatrocentos e cinquenta reais), oportunidade em que a SPOF informou o Pré-empenho n. 2020PE0000364 e que *a despesa pretendida pela Administração está adequada e compatível orçamentária e financeiramente com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias referentes a este exercício financeiro, registrada no processo n. 0002931-50.2019.6.22.8000.*

08. Assim instruído, pela Remessa 414 ([0609944](#)), o feito veio para análise desta Assessoria Jurídica com pedido de urgência em razão dos prazos de fornecimento dos materiais e envio para o interior e entrega doas mesários. **É o necessário relato.**



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

II – DA ANÁLISE JURÍDICA

09. A Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, prevê, em seu art. 24, os casos de dispensa de licitação, nos quais, embora haja competição, é autorizado ao administrador a afastar do procedimento licitatório e contratar de forma direta.

10. Entre as hipóteses elencadas no referido dispositivo legal está a dispensa em função do pequeno valor do serviço ou compra, *in verbis*:

I - para outros serviços e compras de valor até **10%** (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

11. Esclarece-se que a porcentagem mencionada corresponde a **R\$ 17.600,00**(dezessete mil e seiscentos reais), pois o art. 23, II, "a", da Lei de Licitação e Contratos, atualizado pelo Decreto Federal nº 9.412, de 18 de junho de 2018, que estabelece o valor de **R\$ 176.000,00**(cento e setenta e seis mil reais).

12. No caso em tela, o valor da aquisição pretendida é de **R\$ 39.450,00** (trinta e nove mil quatrocentos e cinquenta reais), conforme demonstrado no Projeto Básico 10 (0609775) e na Cotação de Preço realizada. Assim, não estaria no limite legal para ser processada de forma direta, por **dispensa de licitação**, com amparo no **art. 24, inciso II, da Lei 8.666/93**.

13. No entanto, com a conversão da **Medida Provisória nº 961, de 6 de maio de 2020 em lei – Lei nº 14.065, de 30 de setembro de 2020** - adequa - durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de março de 2020 - os limites de dispensa de licitação, estabelecendo no seu art. 1º, I, "b", em **R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais)** para outros serviços e compras e para alienações, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez.

14. Sobre a cotação de preço levada a cabo no mercado local, ela é procedimento idôneo para o cumprimento dos requisitos legais de caráter genérico, aplicáveis às contratações diretas, quais sejam: a) a **razão da escolha do fornecedor**; e b) a **justificativa do preço** (art. 26, Parágrafo único, incisos II e III, da Lei nº 8.666/93).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

15. A possibilidade de a Administração contratar diretamente não a isenta de comprovar a regularidade dos preços e desconsiderar propostas excessivas ou inexequíveis. A jurisprudência do Tribunal de Contas da União - TCU é firme em indicar que a realização de pesquisa de preços de mercado, previamente à fase externa da licitação, é uma exigência legal para todos os processos licitatórios, **inclusive para os casos de dispensa e inexigibilidade.**

16. Reforçando esse posicionamento, o Acórdão 1.565/2015 – Plenário do TCU aponta que a pesquisa de preços para os casos de dispensa deve consistir de um mínimo de três orçamentos de fornecedores distintos, sendo “necessária a apresentação de justificativa adequada sempre que não for possível obter número razoável de cotações. Veja-se:

A justificativa do *preço* em contratações diretas (art. 26, parágrafo único, inciso III, da Lei 8.666/1993) deve ser realizada, preferencialmente, mediante: (i) **no caso de dispensa, apresentação de, no mínimo, três cotações válidas de empresas do ramo, ou justificativa circunstanciada se não for possível obter essa quantidade mínima;** (ii) no caso de inexigibilidade, comparação com os *preços* praticados pelo fornecedor junto a outras instituições públicas ou privadas. (sem grifo no original)

17. Nesse contexto, merece ser trazido a lume trecho do Manual de compras diretas, elaborado pelo TCU, cuja transcrição segue anexo, *ipsi litteris*:

Na jurisprudência do TCU, é possível identificar claramente a preocupação do Tribunal em relação a fatores externos que podem prejudicar a correta e célere instrução de um processo de compra. Diante de eventuais dificuldades na pesquisa de preços, basta o gestor comprovar a existência dessas limitações, evitando assim que o processo de compras se arraste no tempo, às vezes até prejudicando o benefício obtido com a compra. Tal entendimento pode ser extraído do Acórdão n.º 2.203/2005 da 1ª Câmara:

1.2. observe os princípios que orientam o procedimento licitatório (art. 3.º da Lei n.º 8.666/93), em especial ao princípio da isonomia entre os licitantes, ainda que se trate de simples cotação de preços junto a fornecedores a qual deve ser a mais ampla possível, porém dentro das limitações de mercado existentes para determinados objetos, cuja existência deve ser justificada;

18. No caso em análise, foram obtidas no mercado local 03 (três) cotação de preços válidas - ofertada por empresas aptas a contratar com o setor público, conforme devidamente comprovado nos autos ([0608152](#)).

19. Pois bem, verifica-se que o melhor preço obtido na cotação realizada foi oferecido pela empresa **Nova Química Comércio de Produtos de Limpeza Eirelli-ME, CNPJ n. 11.844.377/0001-43**, valor total de **R\$ 39.450,00** (trinta e nove mil quatrocentos e cinquenta reais), justificando, portanto, a escolha desse fornecedor. Logo, os requisitos legais



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

constantes no **art. 26, parágrafo único, incisos II e III, da Lei nº 8.666/93** estão preenchidos.

20. Outro ponto importante é quanto à necessidade de regularidade perante o INSS e o FGTS da empresa a ser contratada diretamente. Veja-se:

Contratação de serviços por dispensa de licitação: 2 - Prova de regularidade perante o INSS e o FGTS

Ainda no que se refere à Denúncia formulada ao TCU que indicou irregularidades na realização de coleta de preços no âmbito da Companhia Docas do Espírito Santo – Codesa, para a contratação direta de serviços de diagramação e editoração do balanço de 2003 da empresa, para fins de publicação no Diário Oficial e em sítio da internet, foi informada pelo denunciante a dispensa indevida de comprovação de regularidade da contratada para com o Instituto Nacional de Seguro Social – INSS - e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, contrariando jurisprudência do TCU. Um dos responsáveis alegou, em sua defesa, que norma interna da Codesa demandava apenas “verificação de regularidade junto ao Cadin, não fazendo qualquer menção à certidão de INSS e FGTS, que, sob sua ótica, seriam itens obrigatórios para licitação, desconhecendo sua exigência nos casos de contratação direta”. Em sua análise, a unidade instrutiva, ao rejeitar os argumentos do responsável, registrou a existência de normas constitucionais (caput e § 3º do art. 195 da Constituição Federal de 1988) e legais (art. 2º da Lei 9.012 de 1995) que exigem prova de regularidade perante o INSS e o FGTS como condição para a contratação direta. Além disso, ainda conforme a unidade técnica, “A jurisprudência desta Corte é pacífica no sentido de que a regularidade junto ao INSS e ao FGTS é condição necessária a ser observada, inclusive nos casos de contratação direta”. O relator acolheu a manifestação da unidade técnica e votou pela procedência da denúncia, expedição de determinação corretiva à Codesa e levantamento do sigilo dos autos, no que foi acompanhado pelo Plenário. Precedentes citados: Decisão nº 705/1994; Acórdãos nº 1.467/2003 e nº 361/2007, todos do Plenário do TCU. **Acórdão n. 1782/2010-Plenário, TC-003.971/2009-9, rel. Min. Raimundo Carreiro, 21.07.2010.** (Sem grifo no original)

21. No caso ventilado, a empresa cotada apresentou sua regularidade fiscal e trabalhista a época da cotação de preços, como se verifica nos documentos juntados nos eventos 0609456. Assim, este requisito está sendo observado pela Administração deve ser atualizado antes de se efetivar a contratação, principalmente em relação a certidão da Receita Federal.

22. Em última análise, pelos elementos que constam dos autos, entende-se possível enquadrar a despesa no **art. 24, II, da Lei n. 8.666/1993 c/c art. 1º, I, “b”, da Lei n. 14.065/2020**, realizando-se a contratação, **diretamente**, com a empresa - **NOVA QUÍMICA COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA EIRELLI-ME, CNPJ n. 11.844.377/0001-43**, a qual ofertou o menor preço para os serviços em comento, conforme cotações existentes nos autos, tendo demonstrado que reúne as condições mínimas para contratar com o setor público, o que deve ser novamente comprovado nos autos.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

23. De outro lado, o Projeto Básico 10 ([0609775](#)), complementado pela Cotação de preços, possui sob o aspecto formal, os elementos mínimos previstos pelo artigo 6º, inciso IX, da Lei de Licitações e Contratos, motivo pelo qual pode ser apresentado a **autoridade competente para sua aprovação**.

24. Com relação ao instrumento de contrato, conforme item 10.5 do PB 10 ([0609775](#)), esse foi substituído pela Nota de Empenho de Despesa na forma do artigo 62, “caput” e parágrafo 4º, da Lei n. 8.666/93.

III – DA CONCLUSÃO

25. Pelo exposto, e por tudo o mais que consta nos autos, esta Assessoria Jurídica, **após observância do anotado no item 21**, opina:

a) pela viabilidade de contratação direta com a empresa **NOVA QUÍMICA COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA EIRELLI-ME**, CNPJ n. **11.844.377/0001-43**, por dispensa de licitação, nos termos do art. 24, II, da Lei n. 8666/1993 c/c **art. 1º, I, “b”, da Lei n. 14.065/2020**; e

b) pela apresentação do PB juntado à autoridade competente para aprovação, caso assim entenda, em observância ao inc. I do § 2º do art. 7º do diploma legal citado.

26. Por derradeiro, registre-se que esta Assessoria Jurídica analisou os aspectos formais e jurídicos da situação a ela submetida, já que incompetente legalmente para pronunciar-se acerca dos aspectos técnicos associados ao objeto.

À consideração da autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **MARISA LEONARDO DE ARAÚJO LIMA DA SILVA**, Assessor Jurídico da Diretoria Geral, em 23/10/2020, às 13:28, conforme art. 1º, III, “b”, da Lei 11.419/2006.

PROCESSO: 0001605-21.2020.6.22.8000



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

INTERESSADO: TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDONIA - TRE-RO

ASSUNTO: **Dispensa de Licitação – aquisição de itens de EPI fracassados no Pregão Eletrônico nº 29/2020.**

DESPACHO Nº 1759 / 2020 - PRES/DG/GABDG

Trata-se de processo administrativo instaurado por esta Diretoria-geral, com o objetivo de **aquisição de equipamentos de proteção individual - EPI** via Sistema de Registro de Preços, para suprir as necessidades deste Tribunal durante as Eleições 2020, em virtude de restarem fracassados alguns itens do pregão Eletrônico n. 29/2020, conforme narrado no Relatório n. 61/2020 pelo Pregoeiro ([0596738](#)).

Carreou-se aos autos o Projeto Básico n. 10/2020-COMAP ([0609775](#)), complementado pelas cotações de preços ([0609072](#), [0609074](#), [0609075](#) e [0609076](#)), que contém a especificação do objeto, justificativa, planejamento estratégico, valor, aderência ao plano orçamentário, condições de habilitação, requisitos de validade da proposta, critérios de aceitação do objeto, obrigações das partes e penalidades, sanções administrativas, gestão e fiscalização. Dimensionou também o valor total de contratação em **R\$ 39.450,00** (trinta e nove mil quatrocentos e cinquenta reais).j

A COFC juntou aos autos a Programação Orçamentária ([0610050](#)) no valor de **R\$ 39.450,00** (trinta e nove mil quatrocentos e cinquenta reais), com a informação do Pré-Empenho 2020PE000364. Ao final, registrou que a despesa pretendida pela Administração está adequada e compatível orçamentária e financeiramente com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias referentes a este exercício financeiro,u registrada no processo n. 0002931-50.2019.6.22.8000.

Assim instruído, o feito foi encaminhado à Assessoria Jurídica desta Diretoria-Geral para análise, a qual, por meio do Parecer Jurídico n. 232/2020 ([0610792](#)), opinou pela viabilidade de contratação direta com a empresa **NOVA QUÍMICA COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA EIRELLI-ME**, CNPJ n. **11.844.377/0001-43**, por dispensa de licitação, nos termos do art. 24, II, da Lei n. 8666/1993 c/c art. 1º, I, “b”, da Lei n. **14.065/2020 - condicionada à comprovação da regularidade fiscal da empresa previamente (item 21)**; pela aprovação do Projeto Básico n. 10/2020-COMAP ([0609775](#)), complementado pela



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

cotação de preços; bem como pela possibilidade de substituição do instrumento de contrato por nota de empenho para regular a relação contratual, na forma do artigo 62, “caput” e parágrafo 4º, da Lei n. 8.666/93.

Por sua vez, a SAOFC manifestou-se pela autorização da despesa ante o reconhecimento da situação de dispensa de licitação, com fundamento no inciso II do art. 24, da Lei n. 8.666/93; pela aprovação do Projeto Básico n. 10/2020 ([0609775](#)); pela **contratação direta** da empresa **NOVA QUÍMICA COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA EIRELLI-ME**, CNPJ n. **11.844.377/0001-43**, por dispensa de licitação, com **emissão de Nota de Empenho** no valor de **R\$ 39.450,00** (trinta e nove mil quatrocentos e cinquenta reais), desde que haja atualização prévia dos documentos de habilitação antes da efetivação da contratação com fulcro no [Inc. II do art. 24 da Lei n. 8.666/93](#); e pela publicação da dispensa apenas no Diário da Justiça o Eletrônico - DJE, tendo em vista que o valor da contratação situa-se nos patamares da dispensa legal, com fulcro no Acórdão TCU n. 1336/06 - Plenário ([0610823](#)).

Vieram os autos para apreciação desta Diretora-Geral.

Inicialmente, verifica-se que a contratação pretendida poderá ser processada de forma direta, por dispensa de licitação, tendo em vista que a licitação não pode ser repetida para os itens pretendidos, uma vez que, em razão dos prazos legais previstos pela Lei nº 10.520/02, pelos Decretos Federais nº 7.892/13, 8.538/2015 e 10.024/2019 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93, a nova licitação somente chegaria a termo após as eleições, de modo que o objeto não seria mais necessário para a finalidade pretendida, que é fornecer EPIs para proteção dos mesários e colaboradores que trabalharão durante as Eleições 2020.

Pelos elementos que se encontram nos autos, verifica-se que restam devidamente justificados os preços a serem contratados, uma vez que a cotação de preços juntada nos autos é procedimento idôneo para o cumprimento dos requisitos legais de caráter genérico, aplicáveis à todas às contratações diretas, de modo que restam cumpridos, nos termos previstos no **art. 26, parágrafo único, incisos II e III da Lei nº 8.666/93**.

Há justificativa para a contratação pretendida, os trata-se de aquisição de Equipamentos de Proteção Individual, cujo uso será indispensável nas seções eleitorais como forma de combate à COVID

Assim, das informações extraídas dos presentes autos, verifica-se que a empresa **NOVA QUÍMICA COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA EIRELLI-ME**, CNPJ n. **11.844.377/0001-**



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

43 (0609075) ofertou o menor preço dentre as cotações válidas para a aquisição em comento, no valor de **R\$ 39.450,00** (trinta e nove mil quatrocentos e cinquenta reais).

Pelo exposto, adotando os fundamentos do Parecer Jurídico 232/2020 e com base nos documentos e informações constantes dos autos e nas atribuições conferidas pela Portaria 66/2018, esta Diretoria-Geral:

1 - aprova o Projeto Básico n. 10/2020-PRES/DG/SAOFC/COMAP (0609775), porquanto possui os elementos mínimos essenciais definidos no inciso **IX do art. 6º c/c §9º do inciso I do art. 7º da Lei nº 8.666/93;1º, I, “b”, da Lei n. 14.065/2020**

2 - Autoriza a despesa, por dispensa de licitação, com fulcro no **art. 24, inciso II, da Lei 8.666/93 c/ o art.1º, I, “b”, da Lei n. 14.065/2020 ; e**

3 - Adjudica o objeto à empresa NOVA QUÍMICA COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA EIRELLI-ME, CNPJ n. 11.844.377/0001-43, por ter apresentado o menor preço e, autoriza a **emissão de Nota de Empenho** em favor da referida empresa, no valor de **R\$ 39.450,00** (trinta e nove mil quatrocentos e cinquenta reais), condicionada à comprovação da regularidade fiscal da empresa.

À SAOFC para a continuidade das ações visando a contratação pretendida.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO**

LOPES, Diretora Geral, em 23/10/2020, às 22:33, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.